

INDETERMINAÇÃO OU APAGAMENTO DO SUJEITO? DA PERSPECTIVA TRADICIONAL AO FUNCIONALISMO

Herbertt Neves

(UFPE – Doutorando/UFCCG – Prof. Assistente)

Laura Dourado Loula Régis

(UFPB – Doutora/UFCCG – Profa. Assistente)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Herbertt Neves é doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Língua Portuguesa e Linguística da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande.

Laura Dourado Loula Régis é doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professora de Língua Portuguesa e Linguística da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO	ABSTRACT
<p>A que(m) interessa indeterminar o sujeito de uma oração? A indeterminação do sujeito não seria mais uma produtiva estratégia de apagamento em vez de mero indício de desconhecimento do sujeito realizador da ação? Para tentar responder a essas questões, este trabalho tem como objetivo geral revisar propostas de descrição do fenômeno da indeterminação do sujeito, da perspectiva tradicional ao funcionalismo. Para tanto, empreendemos uma revisão teórica do fenômeno da indeterminação do sujeito a partir de autores de compêndios gramaticais tradicionais (KURY, 1999; ROCHA LIMA, 2012; LUFT, 2002), da Filologia (ALI, 2006), das gramáticas brasileiras contemporâneas mais voltadas para uma visão funcionalista da linguagem (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010; AZEREDO, 2008; BAGNO, 2011), de alguns princípios de análise específicos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2010), e das contribuições de Thompson (1995). Os resultados apontam para a insuficiência das formas de indeterminação do sujeito registradas pela Gramática Tradicional e as lacunas geradas pela desconsideração, por essa vertente, do contexto de uso da língua e das relações entre o sujeito indeterminado e as motivações pragmático-discursivas na interação verbal. A partir das contribuições da vertente funcionalista, percebemos o papel decisivo do gênero</p>	<p>Not determining the syntactic subject of a clause is interesting to whom and for what reasons? Wouldn't the syntactic subject indetermination be another productive strategy of subject suppression instead of an indication that one does not know the action performer? In order to answer these questions, this work aims at revisiting proposals for describing syntactic subject indetermination, from the traditional perspectives to the linguistic functionalism. Thereupon, we reviewed the literature regarding subject indetermination based on scholars who made traditional grammar compendia (KURY, 1999; ROCHA LIMA, 2012; LUFT, 2002), philologists (ALI, 2006), Brazilian contemporary grammar descriptions, focused on a functionalist point of view (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010; AZEREDO, 2008; BAGNO, 2011), some specific analytical principles from the Discursive-Functional Grammar (DFG), proposed by Hengeveld and Mackenzie (2010), and Thompson's (1995) contributions. The results show the deficiency of the forms of subject indetermination registered by the Traditional Grammar and the gaps, in this particular perspective, generated by the disregard of the language use context and the relations between the indeterminate subject and the pragmatic-discursive motivations in verbal interaction. Based on the contributions of the functionalist perspective, we noticed the decisive role of text genres on the process of subject indetermination.</p>



textual nesse processo de indeterminação.	
PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Indeterminação do sujeito; Gramática Tradicional; Funcionalismo Linguístico.	Subject Indetermination; Traditional Grammar; Linguistic Functionalism.

INTRODUÇÃO

Em geral, ao se tratar de um fenômeno linguístico como a indeterminação do sujeito, não se levam em conta contextos de uso da língua para o trabalho de descrição, deixando-se, então, de lado alguns aspectos, como os semânticos, textuais e discursivos, que são decisivos para a seleção que o falante/escritor faz dentre os vários tipos de sujeito, quando atua produzindo sentidos, no discurso. Um problema vinculado a esse tipo de postura descritiva é que, numa abordagem desvinculada de questões discursivas, acaba-se deixando de lado a análise do papel referencial que o sujeito indeterminado desempenha, fundamental para a escolha dessa forma de sujeito pelo usuário da língua (ANTUNES, 2002).

A partir da postulação do problema de pesquisa relatado — a descrição do sujeito indeterminado baseada unicamente em questões formais, como é feito na Tradição Gramatical, surgem algumas perguntas de pesquisa. Haveria outras formas de indeterminar o sujeito de uma sentença, que não aquelas previstas pela Gramática Tradicional (GT) ou pelos estudos linguísticos da segunda metade do século XX? Como se podem sistematizar as realizações em que porventura apareça o “sujeito indeterminado”? Que contextos pragmáticos da língua são favoráveis para que se indetermine (ou não) o sujeito? Como seria uma abordagem que levasse em conta aspectos textuais e discursivos? Para responder a essas questões, este trabalho tem como objetivo geral revisar propostas de descrição do fenômeno da indeterminação do sujeito, da perspectiva tradicional ao funcionalismo.

A organização deste artigo propõe uma evolução gradativa no processo de estudo do fenômeno da “indeterminação do sujeito”. Assim, após esta introdução, nosso estudo divide-se em: (a) revisão teórica de alguns postulados da GT a respeito do sujeito indeterminado, buscando entender como autores de compêndios gramaticais tradicionais explicam esse fenômeno; (b) identificação de lacunas no tratamento tradicional do sujeito indeterminado a partir de alguns estudos provenientes da Filologia e das Gramáticas Brasileiras Contemporâneas de autoria de linguistas mais voltados para uma vertente teórica funcionalista; e (c) retomada de alguns princípios de análise específicos de algumas teorias funcionalistas da linguagem, o que nos permite estabelecer relações entre a descrição do sujeito indeterminado em língua portuguesa e motivações pragmático-discursivas na interação verbal. Por fim, procederemos a

algumas considerações finais, provenientes de reflexões acerca desses estudos.

1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA PERSPECTIVA TRADICIONAL

A abordagem do fenômeno da indeterminação do sujeito por alguns gramáticos de orientação mais tradicional (KURY, 1999; ROCHA LIMA, 2012; LUFT, 2002) é reduzida, basicamente, a dois casos, como nos aponta Almeida (2009, p. 414):

O sujeito é indeterminado quando de impossível identificação. Tal acontece em orações com verbos: a) ativos, acidentalmente impessoalizados na 3ª do plural, [como em] “Dizem que ele vem” [...] e b) acidentalmente impessoalizados na passiva, [como em] “Precisa-se de um datilógrafo” e “Assim se vai aos céus”.

As observações desse autor ilustram, de maneira geral, o que se encontra em gramáticas mais tradicionais acerca da indeterminação do sujeito. Como se pode perceber, a caracterização dos casos de “sujeito indeterminado” na tradição prioritariamente formal é puramente sintática, desvinculada de uma reflexão sobre os contextos de uso dessas estruturas linguísticas, seus aspectos semântico-pragmáticos e suas funções no texto e no discurso, apontados minimamente apenas na definição central do fenômeno.

Em outras palavras, para a GT, a indeterminação do sujeito ocorre quando o sujeito da sentença não pode ser identificado por nenhum elemento do contexto. Nesse caso, o sujeito a que se refere esse conceito é o sujeito gramatical (sintático). As definições, no entanto, são relacionadas ao contexto (semântico e/ou discursivo), uma vez que os autores indicam o desconhecimento do interlocutor do texto em relação ao sujeito para caracterizá-lo como indeterminado.

Luft (2002) chama a atenção, por exemplo, para a diferenciação entre “oração de sujeito indeterminado” e “oração de sujeito inexistente”. Para o autor, ocorre sujeito indeterminado “quando não se exprime o agente, que no entanto existe na ideia [...]. Há um sujeito (agente humano) que, por não querer ou não poder, não se declara” (LUFT, 2002, p. 46). Diferentemente desse tipo de estrutura, “nas orações sem sujeito, o enunciado se concentra no predicado, e este não é atribuído a nenhum ser ou agente” (LUFT, 2002, p. 47). Para estes casos, destaca o autor o uso dos verbos impessoais como exemplos; para aqueles, o emprego da terceira pessoa do plural (cf. (1)), o emprego do verbo no infinitivo impessoal (cf. (2) e (3)) e o uso da construção “Diz que”, visto na linguagem coloquial e na literária antiga (cf. (4)).

(1) Comentam que ele não volta mais.

- (2) É fácil protestar.
- (3) Reclamar não adianta.
- (4) Diz que ela anda por aí.

Para Luft (2002), no sujeito indeterminado, não há palavra que ocupe a posição do sujeito, sendo esta, então, uma categoria unicamente sintática. Observa o gramático:

É má técnica gramatical considerar os *pronomes indefinidos* como *sujeitos indeterminados*, confundindo sintaxe com semântica. Em orações como *Alguém estava chamando e ninguém respondeu*, os sujeitos são *alguém* e *ninguém*. Já para os verbos grifados em *falam* muito de ti e não adianta *reclamar*, não há palavras que exerçam a função de sujeito (LUFT, 2002, p. 47).

Observa-se, a partir desses postulados, uma nítida separação entre a descrição sintática e a semântica, o que acaba por contradizer o próprio percurso adotado pelas gramáticas no momento da definição e exemplificação do fenômeno.

Outras informações relevantes a respeito do sujeito indeterminado nos traz Kury (1999). Para esse gramático, nos casos em que há construção com verbo na terceira pessoa do singular mais a partícula “se”, temos, sem dúvida, um caso de oração sem sujeito, e não de sujeito indeterminado. Ele justifica:

Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com o pronome *se* é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com *tratar-se de* [...]. Quando se diz “Devagar se vai ao longe”, não se cogita, em princípio, de que “*alguém* vai ao longe”, mas que “é possível *ir* ao longe”, impessoalmente; e que “Não se progride sem esforço” equivale a “Não há progresso sem esforço” antes que “A gente progride sem esforço” (KURY, 1999, p. 23).

Kury (1999) mostra, então, que há pontos de desencontro na doutrina gramatical tradicional no que diz respeito ao estudo da indeterminação do sujeito. Por vezes, confundem-se as noções de sujeito indeterminado, oração sem sujeito e sujeito oculto, fenômenos linguísticos que abordaremos, aqui, como casos de apagamento do sujeito.

Também encontramos em Luft (2002) e Kury (1999) outro ponto que não tem destaque entre a maioria dos gramáticos: a questão dos pronomes indefinidos na função de sujeito, que é mais bem explorada por Caetano (2009). Os autores diferenciam o sujeito indeterminado (cf. (5) a (7)) do indefinido (cf. (8) a (12)):

- (5) Viram-me ontem.
- (6) Foi-se feliz naquele tempo.
- (7) Precisa-se de pessoas capazes.

- (8) Vende-se casas.
- (9) Diz (por dizem) que ficou dois meses de cama.
- (10) A gente trabalha uma vida toda para isso...
- (11) Você/ a pessoa/ o sujeito trabalha a vida toda e consegue tão pouco...
- (12) Neguinho vai em pé até o trabalho.

Para os autores em foco, enquanto o “sujeito indefinido” é designado semanticamente, o “sujeito indeterminado” o é sintaticamente. Defendem, então, que se deve diferenciar essas duas categorias. Já Neves (2011), Castilho (2010), Perini (2010), Azeredo (2008) e Bagno (2011), autores da tradição linguística de descrição gramatical, não concebem a distinção entre “sujeito indefinido” e “sujeito indeterminado”. Para estes, todas as ocorrências exemplificadas acima se referem a sujeito indeterminado, por considerarem que o fenômeno da indeterminação tem relação com a definição ou não de referente no ato discursivo.

Percebe-se, a partir dessa última comparação entre autores de compêndios gramaticais, que há alguns pontos de divergência no trabalho com a indeterminação do sujeito. Essas divergências aparecem entre tanto aqueles ligados a uma Tradição Gramatical mais normativa quanto aos ligados a uma Tradição Linguística e os da GT.

Embora as contribuições dos linguistas para a descrição linguística datem das duas últimas décadas, no ano de 1950 já se registrava uma reflexão filológica destoante da compreensão empreendida pela GT acerca do fenômeno da indeterminação. Seria, então, tal reflexão precursora da compreensão atestada mais recentemente por Neves (2011), Castilho (2010), Perini (2010), Azeredo (2008), Bagno (2011), entre outros? A seguir, procedemos mais detidamente à discussão dessa contribuição.

2 UMA REFLEXÃO NO CONTRAFLUXO E UMA GT INDIFERENTE

No ensaio *Pessoas indeterminadas*, publicado originalmente em 1950, Manoel Said Ali, filólogo e professor de língua portuguesa, analisa diversos casos de indeterminação que não estão presentes na abordagem tradicional da gramática. É importante destacar que o texto foi publicado pela primeira vez há quase 70 anos, o que prova que esse debate não é recente, e agrava o fato de tais reflexões não terem chegado até hoje às páginas de nossas gramáticas tradicionais, sobretudo as escolares, nem às salas de aula. Determinadas observações trazidas pelo autor nesse ensaio já foram reformuladas por gramáticos contemporâneos, mas ele ainda traz importantes contribuições para o debate sobre esse fenômeno hoje.

No primeiro ponto do ensaio, Ali (2006) traz as acepções do termo “gente”. O

autor indica que tal termo pode significar pessoas numerosas em grupos (conjunto de criaturas humanas, como em “A gente do Brasil é muito festeira”), a distinção entre classes sociais (quando se empregam, por exemplo, os termos “gente rica” e “gente pobre”, em oposição) e a distinção de pessoas por traços (quando se empregam, por exemplo, os termos “gente cristã” e “gente judaica”). Mesmo mostrando inovações no contrafluxo da GT, é necessário destacar que alguns desses conceitos elaborados pelo filólogo estão equivocados. Ao tratar, por exemplo, da distinção de pessoas por classes, não é a palavra “gente” que é responsável por diferenciá-las, mas sim o adjetivo que a acompanha. A diferenciação de sentido entre “gente rica” e “gente pobre” é estabelecida nos adjetivos em sua relação com o substantivo. Embora trazendo esses equívocos, essas três acepções postuladas pelo autor indicam o uso dessa palavra (gente) como designadora de elementos genéricos. Em nenhum dos significados apontados há possibilidade de se estabelecer pontualmente os indivíduos que compõem esses grupos, o que já demonstra que sua presença na posição de sujeito indica casos de indeterminação.

A partir do uso generalizado do termo “gente”, Ali (2006) explica o emprego da expressão “a gente”, bastante usada, segundo ele, na linguagem familiar. Para o autor, essa expressão significará mormente o grupo (genérico, indefinido) de pessoas com quem o falante convive, incluindo-se aí o próprio falante. É isso que explica o frequente emprego de tal expressão na função de pronome indefinido, emprego que é condenado pela GT quando usado em contextos formais (HAUY, 2014). Esse uso, no entanto, é frequente no Português Brasileiro (PB), o que é explicado por Ali (2006) como de influência lusitana. Para abonar essa afirmação, o autor traz alguns exemplos do texto de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, como o verso “O metal por que mais a gente sua”. Identificando o fenômeno tanto no PB quanto no Português Europeu (PE), o autor afirma que é frequente o uso da terceira pessoa, no português, para referirmo-nos a nós mesmos. No Brasil, há preferência pela expressão “a gente” para indicar essa terceira pessoa.

No esteio da discussão sobre indeterminação, outro ponto trazido pelo professor Ali (2006) é a diferença que algumas expressões têm no grau de indeterminação que se imprime ao sujeito. Comparando o uso das expressões “alguém”, “a gente” e “todo o mundo”, todas formas de indeterminação do sujeito, para o autor, ele observa uma gradação no sentido indeterminado estabelecido entre elas. Da primeira para a última expressão, o sentido de vagueza aumenta. Aponta-se, então, para uma perspectiva escalar no estudo da indeterminação do sujeito, presente em boa parte das descrições linguísticas feitas mais recentemente por linguistas de vertente predominantemente funcionalista.

Nesse contexto, observam-se, por exemplo, sentenças como “Alguém elegeu a presidenta”, “A gente elegeu a presidenta” e “Todo o mundo elegeu a presidenta”. Na concepção do autor, o sujeito “alguém” seria o menos genérico e o sujeito “todo o mundo” seria o mais genérico. Ele interpreta isso levando em consideração a quantidade de pessoas indicada por cada expressão. Seria, então, na visão de Ali (2006), o sujeito “alguém” menos genérico por indicar apenas um elemento. Analisando essas sentenças no PB contemporâneo, vemos que essa interpretação fica equivocada. Todas são igualmente genéricas. Ainda assim, as observações de Ali (2006) mostram-se pertinentes pelo reconhecimento da existência de diferentes graus de indeterminação.

Uso conflituoso com a gramática portuguesa também é apontado pelo autor. Segundo ele, a GT, ao apontar o “a gente” indeterminado como de uso coloquial mostra que ele pode ser substituído, em contextos formais, pelo clássico “se” que acompanha os verbos. Ali (2006) defende que isso nem sempre é possível. Para ele, o uso indiscriminado de “a gente” ou “verbo + se” “para dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é pessoa ou são pessoas indeterminadas” (ALI, 2006, p. 162) é uma tendência encontrada tanto na fala coloquial como na língua literária e na norma culta. Esse uso, inclusive, dá preferência ao verbo no singular, mesmo com sujeitos no plural — tendência observada também em outras línguas, de acordo com o autor.

Mais uma forma de indeterminação apontada pelo autor é o uso do verbo no plural sem sujeito nomeado ou já mencionado, mesmo que, às vezes, a ideia seja mais singular (como no exemplo “Bateram à porta”, trazido pelo próprio autor). Aqui, Ali (2006) também indica a possibilidade de ser essa uma estrutura de sujeito oculto; deste modo, ela poderia ser assim interpretada: (Certas pessoas) bateram à porta [...]. Essa visão, que julgamos plausível, também vai de encontro ao que é preconizado pela GT sobre a diferença entre sujeitos ocultos (determinados) e sujeitos indeterminados. Também foge aos preceitos da GT outra indicação feita adequadamente pelo autor: o uso da primeira pessoa do plural para designar indeterminação.

Um último ponto de destaque para a abordagem feita por Ali (2006) é o reconhecimento de que sempre haverá motivações para indeterminar o sujeito de uma sentença, o que ressalta um componente pragmático no estudo desse fenômeno. Para ele, o falante sempre procederá à escolha mais ou menos adequada do item lexical que irá ocupar a posição do sujeito (incluindo-se, aqui, o sujeito indeterminado).

Em suma, o ensaio de Ali discute várias formas de indeterminação do sujeito no PB, quase todas distintas das formas encontradas nos compêndios de GT. O autor dá destaque para o uso comum e literário da forma “a gente” como um pronome indefinido, com variações para outros vocábulos. Esse uso é observado em múltiplos contextos no PB contemporâneo, como atestam pesquisas que apontaremos

posteriormente neste trabalho.

Como se pôde observar, os problemas que envolvem o estudo da indeterminação do sujeito já são antigos nos estudos da linguagem. Há quase setenta anos já se debatia essa questão. Atualmente, muitas pesquisas ampliaram as análises de tal fenômeno, indicando muitos outros casos não previstos por Ali em 1950. Em Neves (2011), Castilho (2010), Perini (2010), Azeredo (2008) e Bagno (2011), podemos reconhecer formas de indeterminação do sujeito já contempladas por Ali, além de outras que igualmente estão presentes no PB contemporâneo. As formas de indeterminação contempladas por esses autores aparecem sintetizadas no Quadro 1, formulado por Neves (2015) e aqui reproduzido:

Quadro 1 – Casos de indeterminação do sujeito no PB, segundo os autores funcionalistas

Casos de indeterminação		Neves (2011)	Castilho (2010)	Perini (2010)	Azeredo (2008)	Bagno (2011)
1. Posição de sujeito linguisticamente preenchida	1.1 Por um sintagma nominal genérico					
	1.1.1 Com determinante	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	1.1.2 Sem determinante	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
	1.1.3 Coletivo	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.2 Por um sintagma nominal de valor metonímico	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.3 Por uma forma pronominal pessoal genérica					
	1.3.1 De primeira pessoa (“eu”/ “nós”)	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.3.2 De segunda pessoa (“tu”/ “você”)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
	1.3.3 De terceira pessoa (“a gente”/ “eles”)	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
	1.4 Por um pronome indefinido	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	1.5 Por um infinitivo	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
1.6 Pela partícula ‘se’	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	
2. Posição de sujeito vazia	2.1 Verbo na terceira pessoa do singular	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
	2.2 Verbo na terceira pessoa do plural	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	2.3 Verbo no infinitivo	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM

Fonte: Neves, 2015.

Em um primeiro grupo, Neves (2015) inclui os casos em que a posição de sujeito está linguisticamente preenchida. São esses os casos de indeterminação centrados no próprio sujeito da sentença. Esse preenchimento pode ser feito por um sintagma nominal genérico (com ou sem determinante ou, ainda, expresso por um coletivo: “você”, “criança”, “neguinho”, “a pessoa”, “o sujeito”, “o cara”, “a gente”) ou de valor metonímico (‘O Banco Central’), por uma forma pronominal pessoal genérica (nas três pessoas do discurso: “eu”/“nós”; “tu”/“você”; “a gente”/“eles”), por um pronome indefinido (“alguém”, “ninguém”), por um infinitivo (“Reclamar” não adianta) ou pela partícula “se” (Precisa-“se”).

Em um segundo grupo, estão inclusos os casos em que a posição de sujeito está vazia. Neles, o que vai caracterizar a estratégia de indeterminação do sujeito é o verbo, que poderá estar na terceira pessoa do singular, na terceira pessoa do plural ou no infinitivo. São, por isso, casos de indeterminação do sujeito centrados no verbo. Aqui, é a sentença em si que estabelece a indeterminação, e não o sujeito propriamente dito.

O levantamento feito por Neves (2015) dos casos de indeterminação do sujeito previstos nos compêndios gramaticais elaborados por linguistas brasileiros mostra a existência de, pelo menos, 13 (treze) casos de indeterminação no PB. A clara divergência entre o Quadro 1 e os postulados da GT mostra que ainda há muito o que se pensar a respeito desse fenômeno linguístico.

Para entender melhor as possibilidades de indeterminação do sujeito no PB, retomamos, pois, algumas questões introdutórias norteadoras deste trabalho: “Haveria uma motivação pragmática para tal indeterminação do sujeito?”, “Que contextos pragmáticos da língua são favoráveis para que se indetermina (ou não) o sujeito?”, “Como seria uma abordagem que levasse em conta aspectos textuais e discursivos?”. Em busca de algumas respostas a esses questionamentos, passamos, na seção seguinte, a discutir algumas contribuições de uma perspectiva funcionalista acerca desse fenômeno. Dessa forma, podemos indicar um caminho teórico para melhor compreensão das ideias que até aqui foram levantadas.

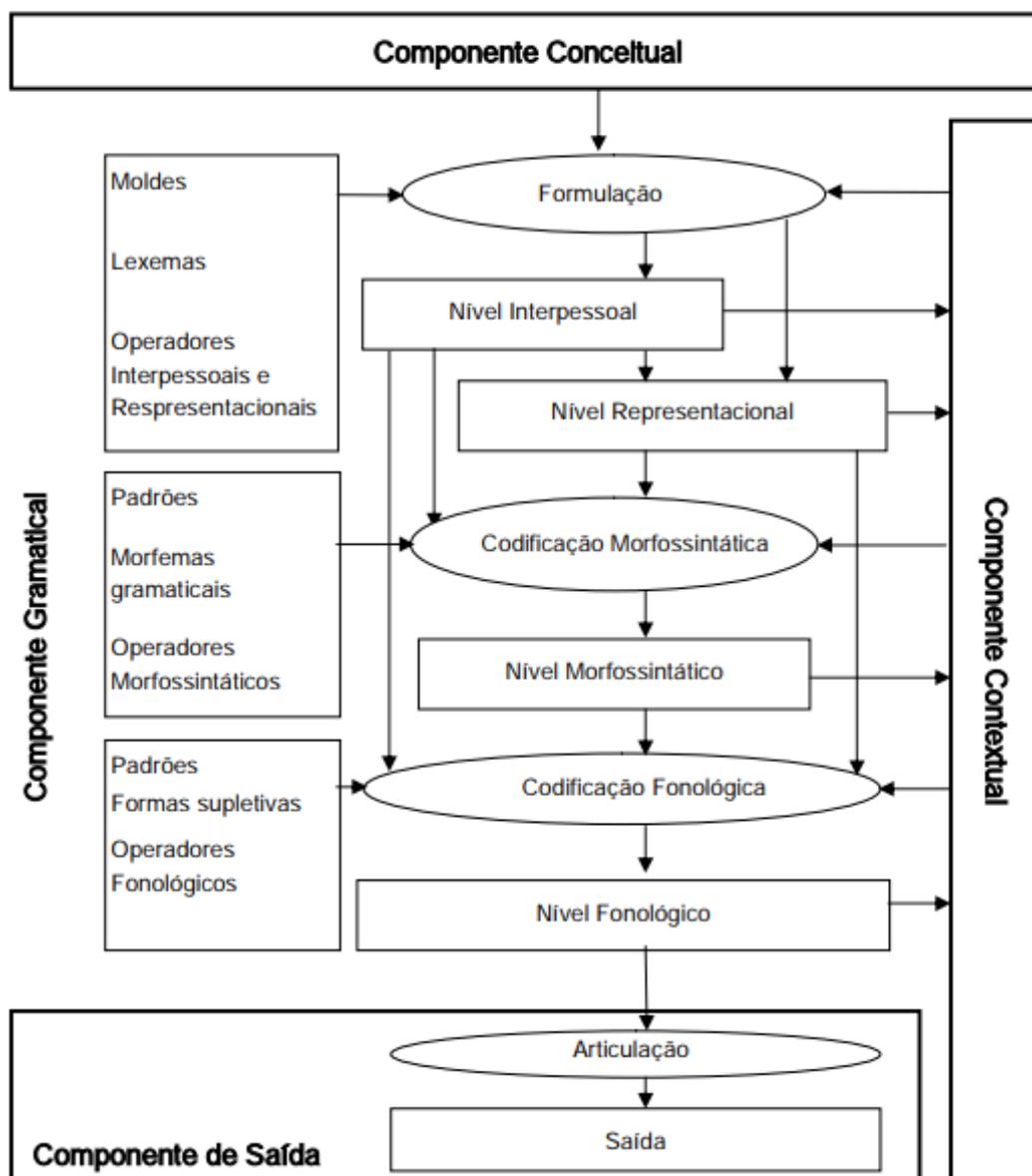
3 A INDETERMINAÇÃO (OU APAGAMENTO?) DO SUJEITO NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Em uma perspectiva funcionalista, além de serem considerados os contextos de uso da língua, também são levados em conta os aspectos semânticos, pragmáticos e textuais, vistos como decisivos para a construção dos sentidos, no discurso. Como

definição de uma perspectiva funcionalista, entendemos que “[...] o Funcionalismo tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que necessariamente envolve a pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico” (NEVES, 2018, p. 30). Em outras palavras, compreendemos como visão funcionalista os modelos de descrição linguística que se ancoram na interface entre sintaxe, semântica e pragmática. Essa integração deve ser analisada sempre como um fenômeno que ocorre no texto, estudado “tanto sob seus aspectos contextuais (as motivações que levam alguém a produzi-lo, as condições de produções, os falantes, a época, o suporte etc.), quanto [sob] seus aspectos cotextuais (material linguístico)” (BATISTA, 2018, p. 96).

Hengeveld e Mackenzie (2010), ao proporem a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), tomam o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Para os teóricos, a configuração gramatical, constituída em determinado evento de fala/escrita, encontra-se relacionada ao contexto — Componente Contextual — e é resultante (e hierarquicamente dependente) da “intenção comunicativa e das conceitualizações associadas relativas a eventos extralinguísticos relevantes” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010) — Conteúdo Conceitual, conforme se pode observar no esquema presente na Figura 1.

Figura 1 – Esquema geral da GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2010)

Nesse modelo teórico, portanto, o componente pragmático é hierarquicamente superior (e determinante) aos componentes semântico, morfossintático e fonológico. Isso significa dizer que, na integração dos componentes linguísticos, é o pragmático que vai desencadear todos os outros, que estão a ele relacionados e dependentes.

Numa reflexão mais aprofundada, que relaciona esse componente pragmático ao discurso, Thompson (1995), ao tratar de algumas estratégias discursivas de dominação ideológica, cita a reificação, correspondente à retratação de uma situação transitória, histórica, como uma situação permanente, natural, atemporal. Para o autor, nesse *modus operandi* da ideologia, “Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que seu caráter social e histórico é eclipsado”. (THOMPSON, 1995, p. 87). Para isso, o autor destaca duas estratégias sintáticas eficazes:

a nominalização e a passivização.

A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, como quando nós falamos em "O banimento das importações", ao invés de "O Primeiro-Ministro decidiu banir as importações". A passivização se dá quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que "O suspeito está sendo investigado", ao invés de "Os policiais estão investigando o suspeito". A nominalização e a passivização concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas (THOMPSON, 1995, p. 88-9).

Em consonância com o modelo da GDF, Thompson (1995) considera o pragmático/discursivo determinante do componente gramatical, nesse caso específico, da própria estrutura sintática frasal. Ou seja, a opção por "O banimento das importações" em vez de "O Primeiro-Ministro decidiu banir as importações" constitui muito mais uma estratégia de 'apagamento do sujeito' realizador da ação (O Primeiro-Ministro) do que uma simples mudança da categoria verbo (banir) para seu nome correspondente (banimento).

Thompson (1995) explica que, no processo de passivização (conversão das vozes verbais: da voz ativa para a voz passiva), não apenas se apaga o sujeito realizador da ação (Os policiais) ao optar pela voz passiva, como também se utiliza um termo genérico para preencher o lugar de sujeito (*O suspeito* está sendo investigado). Ainda que se atenda a uma prerrogativa do direito penal de que, até que se julgue culpado, todo acusado deve ser considerado suspeito, o uso desse termo genérico também se constitui uma estratégia de indeterminação/apagamento do sujeito, do agente realizador da ação. Se considerarmos essa frase como constitutiva de uma notícia, por exemplo, cujo propósito seja identificar as informações básicas de um acontecimento (quem, quando, onde, por que, como), enunciar "O suspeito está sendo investigado" não nos responde nada, objetivamente, acerca dos sujeitos envolvidos, nem sobre quem realiza ou recebe a ação.

A respeito desse fenômeno da indeterminação/apagamento do sujeito, é possível reconhecer em Bagno (2011) a influência dessa perspectiva funcionalista:

[...] a indeterminação do agente é um traço semântico, isto é, tem a ver com o signo linguístico e suas relações com o referente no mundo real. Quando não sabemos, não podemos ou não queremos enunciar esse agente, empregamos formas que expressam essa indeterminação — indeterminação que também empregamos para generalizar ações que, para nós, podem ser desempenhadas por qualquer pessoa (BAGNO, 2011, p. 803).

Seja, então, a indeterminação do sujeito realizada pelas formas clássicas da GT ou pelas estratégias contempladas por Ali (2006) e pelos gramáticos que se distanciam da tradição, já discutidas neste trabalho, a motivação para a indeterminação do sujeito é diversa e variada, mas sempre condicionada pelo aspecto pragmático.

Vejamos um exemplo desse condicionamento em um meme de *internet*, gênero popular em interações *on-line*, recorrente em contextos informais de uso da língua. Publicado em uma página do *Instagram*, o texto faz uma sátira sobre um programa televisivo: “BBB é igual faculdade. A galera toda entrando felizona na casa, tudo amigo q se ama. Na primeira semana já começa a chorar, seus pais não tão lá, nego falando mal um do outro, várias provas e na noite anterior tava bebendo. A única diferença é que eles não pagam boleto e xerox” [sic].

Nesse comentário acerca do *reality show* Big Brother Brasil, o internauta usa o termo genérico “nego” (“nego falando mal um do outro”) não com intuito de identificar um sujeito agente da ação, um participante negro em específico, mas com o propósito de indeterminar/generalizar os sujeitos de uma prática comum em programas televisivos dessa natureza. Nesse caso, a motivação para a indeterminação pode ser a própria configuração do gênero textual meme, que pressupõe um texto verbal curto, conciso, além de uma aproximação maior com seus possíveis interlocutores, uma vez que essa forma linguística (“nego”) é recorrente na língua em casos mais coloquiais de interação.

Em trabalho anterior (RÉGIS; NÓBREGA, 2018), analisamos como a indeterminação do sujeito se mostrou um recurso estilístico decisivo para a construção da narrativa em um conto de ficção científica. Os resultados da análise possibilitaram a percepção de que, até certo ponto do texto, a combinação dos verbos na terceira pessoa do plural e o preenchimento dos lugares sintáticos de sujeito com os pronomes “você”, “ela”, “eu” (itens lexicais dêiticos, com referência flutuante e dependente do contexto) intencionalmente promoveram a ausência de definição prévia dos referentes e impossibilitaram a identificação desses personagens no mundo narrado. O recurso sintático “indeterminação do sujeito” mostrou-se, portanto, decisivo para a construção do suspense da narrativa e, não coincidentemente, apenas em seu desfecho o sujeito é identificado (determinado).

É válido ressaltar que, novamente, o recurso da indeterminação foi intencionalmente pensado em razão do gênero textual. Ao modelo proposto pela GDF, portanto, acrescentaríamos como traço decisivo o componente genérico, encapsulador dos Componentes Conceitual e Contextual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo norteador deste trabalho foi a revisão das propostas de descrição do fenômeno da indeterminação do sujeito, da perspectiva tradicional ao funcionalismo linguístico. A partir da revisão teórica de representantes da vertente tradicional, como Kury (1999), Rocha Lima (2012) e Luft (2002), foi possível identificar as formas clássicas de indeterminação do sujeito (verbo na terceira pessoa do singular + “se” ou na terceira pessoa do plural), além de alguns pontos contraditórios dentro dessa abordagem, como a articulação pouco consistente do uso de elementos sintáticos para exemplificar esse tipo de sujeito antecidos de definições semânticas e pragmáticas, sem que essa integração de níveis de análise tenha justificativa na análise de um *corpus*, como já constatado em Neves (2015).

Também se encontrou, aqui, uma incipiente ampliação das formas de indeterminação, registradas com maior veemência em Ali (2006) e nas gramáticas mais próximas de uma perspectiva funcionalista da linguagem (NEVES, 2011; CASTILHO, 2010; PERINI, 2010; AZEREDO, 2008; BAGNO, 2011). No entanto, embora o levantamento de Neves (2015), realizado a partir das gramáticas elaboradas por linguistas e retomado neste estudo, revele a existência de, pelo menos, 13 (treze) casos de indeterminação no PB, não há, já que não se constitui propósito dos compêndios gramaticais, um modelo de análise da língua em uso que traga discussões sobre motivações pragmático-discursivas de indeterminação do sujeito. Diante desse cenário, mobilizamos alguns princípios de análise específicos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2010), e contribuições de Thompson (1995) para empreender uma reflexão discursiva indicadora de um aparato de análise para exemplos reais de fala/escrita.

Essencialmente, quando falamos em indeterminação (não só do sujeito, como de outras formas linguísticas), temos um caso em que o falante/escritor, primeiramente, faz a opção por deixar a referência aos objetos de discurso (in)definida. A partir dessa primeira escolha, é realizada outra, que será a eleição de qual estrutura da língua usar para (in)determinar o sujeito. Além disso, mesmo que tenhamos destacado todas essas estratégias de indeterminação do sujeito, é importante observar que seu comportamento varia contextualmente. Nos casos em que, mesmo havendo uma estrutura indicadora de indeterminação do sujeito, o referente desse sujeito puder ser recuperado, teremos, indiscutivelmente, um sujeito mais determinado. Disso podemos depreender o papel decisivo do gênero textual na indeterminação do sujeito, nos diversos contextos de uso da língua.

Podemos também afirmar que a indeterminação do sujeito só acontece com o

“consentimento” do leitor em cooperação com o autor. Como a interpretação de referentes linguísticos ocorre apenas se houver conhecimento partilhado entre os interlocutores, o leitor, então, é quem vai identificar, a partir, inclusive, de seu conhecimento de mundo, se os referentes das expressões linguísticas podem ou não ser recuperados por ele. Se a referência não puder ser recuperada, há, assim, um caso de indeterminação do sujeito, na visão daquele leitor para aquele contexto. De certa forma, essa ideia já é permitida pelas definições tradicionais de indeterminação, embora ela não seja desenvolvida nem sustentada no momento em que se analisam os exemplos de indeterminação em sentenças, nas gramáticas mais tradicionais, sobretudo.

Os resultados da reflexão empreendida neste trabalho apontam, pois, para a insuficiência das formas de indeterminação do sujeito registradas pela Gramática Tradicional e para lacunas geradas pela desconsideração do contexto de uso da língua nessa vertente. Já as contribuições de Ali (2006) e dos autores mais próximos da vertente funcionalista sinalizam para as relações entre o sujeito indeterminado em língua portuguesa e as motivações pragmático-discursivas na interação verbal, atestadas a partir do modelo de análise da GDF, embora essas gramáticas não apresentem propriamente um modelo de análise.

REFERÊNCIAS

ALI, M. S. **Investigações filológicas**: com estudo e organização de Evanildo Bechara. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTUNES, I. C. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In.: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: EDUSC, 2002. p. 215-224.

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BATISTA, F. C. C. Reflexões elementares sobre teoria e prática dos conceitos e do ensino de texto. **Revista Inventário**, Salvador, n. 21, p. 87-98, jul. 2018.

CAETANO, M. M. **Gramática reflexiva da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.



- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2014.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional discourse grammar. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (Ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 367-400.
- KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.
- NEVES, Herbertt. **A indeterminação do sujeito em editoriais jornalísticos do Recife**. 2015. Mestrado em Letras – Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RÉGIS, L. D. L.; NÓBREGA, D. F. A. da. A indeterminação do sujeito como objeto de ensino: proposta de atividade a partir de um conto brasileiro de ficção científica. **Signótica**, Goiânia, v. 30, n. 4, p. 596-618, out./dez. 2018.
- ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Título em inglês:

**INDETERMINATION OR SUPPRESSION OF SUBJECT? FROM
THE TRADITIONAL PERSPECTIVE TO FUNCTIONALISM**